

Pequeno credor resiste a acordo

Os pequenos bancos credores ainda resistem ao acordo provisório para o refinanciamento dos juros deste ano da dívida externa brasileira, informou ontem o presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira, de acordo com o relato do presidente da Comissão da Dívida Externa do Senado Federal, Carlos Chiarelli, líder do PFL. Mesmo com as dificuldades introduzidas pelos pequenos credores, segundo Chiarelli, Milliet de Oliveira ainda espera o fechamento do acordo provisório com os bancos internacionais amanhã ou, no mais tardar, sábado.

O Brasil aguarda a adesão dos pequenos credores ou a compra desses créditos pelos grandes bancos para iniciar a formação do depósito de 500 milhões de dólares no Banco de Compensações Internacionais (BIS), o banco central dos bancos centrais dos países desenvolvidos, com sede em Basileia, na Suíça. O presidente do Banco Central esclareceu, em seu depoimento de quatro horas à Comissão do Senado, a portas fechadas, que o Brasil efetuará o depósito de 500 milhões de dólares em três parcelas, até o final do mês, quando os bancos credores também deverão completar a contrapartida de depósito no BIS de 1 bilhão de dólares.

No relato do líder do PFL, Milliet de Oliveira expôs que o acordo provisório tem o objetivo de acabar com a ameaça de rebaixamento dos créditos brasileiros por comitê interdisciplinar do governo norte-americano, o Interagency Country Exposure Risk Committee. Fechado esse acordo preliminar, o Brasil e os bancos credores providenciarão o depósito das respectivas partes.

Depois, o Brasil e os credores iniciarão os entendimentos para o reescalonamento definitivo da dívida a vencer este ano, no próxi-

mo e em 1989. Se as partes chegarem a um acordo quanto ao prazo de rolagem do principal da dívida, ao teto de pagamento anual de juros e à redução do **spread** — taxa de risco — na explicação que Chiarelli disse ter ouvido do presidente do Banco Central — os bancos credores receberão autorização para sacar os 500 milhões do depósito brasileiro no BIS, em meados de dezembro, mediante a assinatura de protocolo que definirá previamente os pontos básicos do reescalonamento global dos compromissos deste ano a 1989.

Para Chiarelli, ao contrário do posicionamento do próprio Milliet de Oliveira e de outros dois integrantes da Comissão da Dívida Externa, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Virgílio Távora (PDS-CE), o depósito no BIS configura, em termos técnicos e reais, a quebra da moratória parcial de 20 de fevereiro último. Mas o líder do PFL ressaltou que a suspensão da moratória nada terá de negativo, se o Brasil firmar o protocolo com as garantias de reescalonamento do principal da dívida a vencer deste ano a 1989 por quinze anos com sete de carência, reduzir o **spread** para menos de 0,6% ao ano e limitar a remessa anual de juros do exterior com a capitalização imediata do excedente.

Se o protocolo não sair, o Brasil sacará de volta os 500 milhões de dólares e os bancos credores farão o mesmo com o seu 1 bilhão de dólares depositados no BIS. O Governo brasileiro descarta a hipótese dos bancos credores rejeitarem o acordo final, previsto para até 31 de dezembro próximo, depois de assinarem o protocolo prévio e sacarem os 500 milhões de dólares do Brasil no BIS.

Fechado o acordo entre o Governo brasileiro e o comitê de assessoramento dos bancos credores para a

rolagem da dívida com vencimento deste ano a 1989, no total de 24 bilhões de dólares, o Brasil fará outro depósito no BIS de 1 bilhão de dólares e os credores, de 2 bilhões. Em janeiro de 1988, as partes procurarão colher a adesão de todos os 700 bancos credores para a assinatura do acordo global de reestruturação da dívida brasileira.

Após a assinatura do acordo final, os bancos credores poder-ão completar o saque de 1,5 bilhão de dólares do Brasil. Então, o Brasil terá pago um terço dos juros devidos deste ano e obterá a capitalização ou refinanciamento dos dois terços restantes. O acordo final deverá prever o refinanciamento também de metade dos juros devidos nos próximos dois anos — 3 bilhões de dólares em 1988 e outros 3 bilhões em 1989.

Com o reescalonamento da dívida junto aos credores privados, o Brasil abrirá as negociações com o Clube de Paris. Antes, segundo declaração de Milliet de Oliveira reproduzida pelo senador Fernando Henrique Cardoso, o Brasil deverá bater às portas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para negociar um acordo que não seja o tradicional de tutela sobre a economia do País. "Negociar com o Clube de Paris o reescalonamento da dívida a credores oficiais, sem o FMI, será um galo duro" — acentuou o senador Virgílio Távora (PDS-CE).

O depoimento do presidente do Banco Central agradou aos senadores do PMDB, do PFL e também do PDS. "Se o Brasil tiver sucesso na inovação no reescalonamento da dívida, não há como negar os avanços" — afirmou Chiarelli. Para Fernando Henrique, os termos do acordo em curso abrem espaço para otimismo por trazer certa folga à economia brasileira, pelo menos até o final de 1989.